## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 628, DE 2023

Confere ao município de Cocal do Sul, no Estado de Santa Catarina, o titulo de "Capital Nacional do Piso e do Azulejo".

Autor: Deputado CARLOS CHIODINI

Relatora: Deputada CAROLINE DE TONI

## I – RELATÓRIO

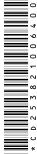
O Projeto de Lei nº 628, de 2023 tem por objetivo conferir ao Município de Cocal do Sul, no Estado de Santa Catarina, o título honorífico de "Capital Nacional do Piso e do Azulejo", em razão de sua relevância histórica e econômica no setor cerâmico brasileiro, especialmente na produção desses materiais.

A propositura foi aprovada na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços. Compete agora a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

A matéria tramita em regime ordinário (Art. 151, III, RICD) e está sujeita a apreciação conclusiva pelas comissões (Art. 24 II). O prazo para apresentação de emendas nesta comissão foi encerrado em 29/05/2025, e não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





## II - VOTO DA RELATORA

De acordo com o que estabelece o art. 32, inciso IV, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e a técnica legislativa das proposições submetidas à sua apreciação. Nesse contexto, cumpre analisar o Projeto de Lei nº 628/2025, sob os referidos aspectos.

A proposição em análise respeita os requisitos de constitucionalidade formal do processo legislativo. Nos termos do art. 48 da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional deliberar sobre matérias por meio de lei ordinária, sujeita à sanção presidencial. Quanto à iniciativa legislativa, verifica-se que o projeto foi apresentado por parlamentar, hipótese legítima, uma vez que não se trata de matéria de iniciativa reservada a outro Poder, nos termos do art. 61, § 1º, da Constituição Federal. Assim, não há vícios formais de constitucionalidade, estando o projeto em conformidade com os arts. 48 e 61, § 1º, da Constituição Federal.

No tocante à **constitucionalidade material**, a proposição não viola dispositivos constitucionais de ordem material. O projeto busca apenas conferir título honorífico ao Município de Cocal do Sul/SC, medida de caráter simbólico e de reconhecimento cultural e econômico. A iniciativa está em consonância com os valores constitucionais relativos ao reconhecimento das manifestações culturais e do desenvolvimento regional (arts. 215 e 216 da Constituição Federal), bem como com a competência legislativa da União para dispor sobre matérias de interesse geral.

Sob o ponto de vista da **juridicidade**, não se identificam conflitos com normas legais em vigor. A proposição respeita os princípios da legalidade, da segurança jurídica e da razoabilidade. Não há imposição de obrigações ou





encargos à administração pública ou a particulares, tampouco geração de despesa pública.

Quanto à **técnica legislativa**, o texto observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. A redação é clara, objetiva e compatível com os padrões exigidos para proposições legislativas dessa natureza.

Dessa forma, o Projeto de Lei nº 628, de 2023, encontra-se em conformidade com os requisitos constitucionais, legais e técnicos exigidos para a sua tramitação e aprovação.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei nº 628, de 2023.

É o voto.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Deputada CAROLINE DE TONI Relatora



